**EXAME DA OAB – 27/O5/2012**

**VII EXAME UNIFICADO**

**Questão 48**

**Comentário**: a questão foi bem elaborada e não demonstrou grande dificuldade.

**Com relação à Sociedade em Conta de Participação NÃO é correto afirmar que:**

**a) é uma sociedade empresária personificada e de pessoas.**

**Alternativa correta:** a Sociedade em Conta de Participação não é sociedade personificada, de acordo com o Código Civil:

“**Art. 993.** O contrato social produz efeito somente entre os sócios, e a eventual inscrição de seu instrumento em qualquer registro não confere personalidade jurídica à sociedade.”

**b) a atividade constitutiva deve ser exercida unicamente pelo sócio ostensivo.**

**Alternativa incorreta**, de acordo com o Código Civil:

“**Art. 991**. Na sociedade em conta de participação, a atividade constitutiva do objeto social é exercida unicamente pelo sócio ostensivo, em seu nome individual e sob sua própria e exclusiva responsabilidade, participando os demais dos resultados correspondentes.”.

**c) o contrato produz efeito somente entre os sócios,**

**Alternativa incorreta**, de acordo com o Código Civil:

“**Art. 993.** O contrato social produz efeito somente entre os sócios, e a eventual inscrição de seu instrumento em qualquer registro não confere personalidade jurídica à sociedade.”

**d) as contribuições dos sócios participante e ostensivo constituem patrimônio especial.**

**Alternativa incorreta**, de acordo com o Código Civil:

“**Art. 994.** A contribuição do sócio participante constitui, com a do sócio ostensivo, patrimônio especial, objeto da conta de participação relativa aos negócios sociais.”

**Questão 49**

**Comentário**: a questão foi bem elaborada e não pode ser considerada como fácil.

**49. Com relação ao instituto do aval, é correto afirmar que:**

**a) é necessário o protesto para a cobrança dos avalistas do emitente e dos endossantes de notas promissórias.**

**Alternativa incorreta**. De acordo com o art. 32 da Lei Uniforme de Genebra (Decr. 57.663/1966), o avalista tem responsabilidade equivalente à do avalizado.

O protesto, de acordo com a primeira alínea do art. 70 da mesma lei, é dispensado para a execução do emitente – e, consequentemente, de seus avalistas, somente sendo necessário para execução dos endossantes – e seus avalistas –, conforme dispõe a segunda alínea do mesmo dispositivo legal.

**b) o avalista, quando executado, pode exigir que o credor execute primeiro o avalizado.**

**Alternativa incorreta**. Não existe, no direito cambiário, a responsabilidade subsidiária, característica do direito civil e representada pelo benefício de ordem.

**c) o aval pode ser lançado em documento separado do título de crédito.**

**Alternativa incorreta**. De acordo com o princípio da literalidade, todas as obrigações devem ser lançadas no próprio título.

**d) a obrigação do avalista se mantém, mesmo no caso de a obrigação que ele garantiu ser nula, exceto se essa nulidade for decorrente de vício de forma.**

**Alternativa correta**, de acordo com a segunda alínea do art. 32 da Lei Uniforme de Genebra (Decr. 57.663/1966):

“A sua obrigação mantém-se, mesmo no caso de a obrigação que ele garantiu ser nula por qualquer razão que não seja um vício de forma.”

**Questão 50**

**Comentário**: questão de dificuldade entre média e alta, mas bem elaborada.

**Sobre as marcas é correto afirmar que:**

**a) a marca de alto renome é sinônimo de marca notoriamente conhecida.**

**Alternativa incorreta**, de acordo com a Lei de Propriedade Industrial (Lei 9.279/1996):

“**Art. 125.** À marca registrada no Brasil considerada de alto renome será assegurada proteção especial, em todos os ramos de atividade.

**Art. 126**. A marca notoriamente conhecida em seu ramo de atividade nos termos do art. 6º *bis* (I), da Convenção da União de Paris para Proteção da Propriedade Industrial, goza de proteção especial, independentemente de estar previamente depositada ou registrada no Brasil.”

**b) a vigência do registro de marca é de 5 (cinco) anos, sendo prorrogável por períodos iguais e sucessivos.**

**Alternativa incorreta**, de acordo com a Lei de Propriedade Industrial (Lei 9.279/1996):

“**Art. 133**. O registro da marca vigorará pelo prazo de 10 (dez) anos, contados da data da concessão do registro, prorrogável por períodos iguais e sucessivos.”

**c) é permitida a cessão do pedido de registro de marca, caso o cessionário atenda aos requisitos legais.**

**Alternativa correta**, de acordo com a Lei de Propriedade Industrial (Lei 9.279/1996):

“**Art. 134**. O pedido de registro e o registro poderão ser cedidos, desde que o cessionário atenda aos requisitos legais para requerer tal registro.”

**d) a marca de produto ou serviço é aquela usada para identificar produtos ou serviços provindo de membros de uma determinada entidade.**

**Alternativa incorreta**, de acordo com a Lei de Propriedade Industrial (Lei 9.279/1996):

 “Art. 123. Para os efeitos desta Lei, considera-se: [...]

III - marca coletiva: aquela usada para identificar produtos ou serviços provindos de membros de uma determinada entidade.”

**Questão 51**

**Comentário**: questão bem elaborada, com dificuldade média.

**Sobre os direitos dos acionistas, é correto afirmar que:**

**a) o direito de voto é garantido a todo acionista, independente de espécie ou classe de ações de que seja titular.**

**Alternativa incorreta**, de acordo com o art. 15 da Lei de Sociedades por Ações (Lei 6.404/1976):

“§ 2° O número de ações preferenciais sem direito a voto, ou sujeitas a restrição no exercício desse direito, não pode ultrapassar 50% (cinqüenta por cento) do total das ações emitidas.”

**b) os acionistas deverão receber dividendos obrigatórios em todos os exercícios sociais**

**Alternativa incorreta**. A distribuição de dividendos só é cabível se a S/A tiver lucros, de acordo com a Lei de Sociedades por Ações (Lei 6.404/1976):

“**Art. 202.** Os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, a parcela dos lucros estabelecida no estatuto ou, se este for omisso, a importância determinada de acordo com as seguintes normas:”

**c) o acionista terá direito de se retirar da companhia caso a cláusula compromissória venha a ser introduzida no estatuto social**

**Alternativa incorreta**, de acordo com a Lei de Sociedades por Ações (Lei 6.404/1976):

“**Art. 136.** É necessária a aprovação de acionistas que representem metade, no mínimo, das ações com direito a voto, se maior quorum não for exigido pelo estatuto da companhia cujas ações não estejam admitidas à negociação em bolsa ou no mercado de balcão, para deliberação sobre:

I - criação de ações preferenciais ou aumento de classe de ações preferenciais existentes, sem guardar proporção com as demais classes de ações preferenciais, salvo se já previstos ou autorizados pelo estatuto;

II - alteração nas preferências, vantagens e condições de resgate ou amortização de uma ou mais classes de ações preferenciais, ou criação de nova classe mais favorecida;

III - redução do dividendo obrigatório;

IV - fusão da companhia, ou sua incorporação em outra;

V - participação em grupo de sociedades (art. 265);

VI - mudança do objeto da companhia; [...]

IX - cisão da companhia;

**Art. 137.** A aprovação das matérias previstas nos incisos I a VI e IX do art. 136 dá ao acionista dissidente o direito de retirar-se da companhia, mediante reembolso do valor das suas ações (art. 45), observadas as seguintes normas:”

**d) o acionista tem o direito de fiscalizar as atividades sociais e sendo titular de mais de 5% do capital poderá requerer judicialmente a exibição dos livros da companhia, caso haja suspeita de irregularidade dos administradores.**

**Alternativa correta**, de acordo com a Lei de Sociedades por Ações (Lei 6.404/1976):

“**Art. 105.** A exibição por inteiro dos livros da companhia pode ser ordenada judicialmente sempre que, a requerimento de acionistas que representem, pelo menos, 5% (cinco por cento) do capital social, sejam apontados atos violadores da lei ou do estatuto, ou haja fundada suspeita de graves irregularidades praticadas por qualquer dos órgãos da companhia.”

**Questão 52**

**Comentário**: questão de dificuldade entre média e elevada, mas bem elaborada.

**Dentre as alternativas abaixo, indique aquela que corresponde a um crédito que deve ser classificado como crédito extraconcursal:**

**a) Multas por infração do Código de Postura Municipal.**

**Alternativa incorreta**, de acordo com a Lei de Falências e Recuperação de Empresas (Lei 11.101/2005):

“**Art. 83.** A classificação dos créditos na falência obedece à seguinte ordem: [...]

VII – as multas contratuais e as penas pecuniárias por infração das leis penais ou administrativas, inclusive as multas tributárias;”

**b) Custas judiciais relativas às ações e execuções em que a massa tenha sido vencida.**

**Alternativa correta**, de acordo com a Lei de Falências e Recuperação de Empresas (Lei 11.101/2005):

“**Art. 84.** Serão considerados créditos extraconcursais e serão pagos com precedência sobre os mencionados no art. 83 desta Lei, na ordem a seguir, os relativos a: [...]

IV – custas judiciais relativas às ações e execuções em que a massa falida tenha sido vencida;”

**c) Créditos quirografários sujeitos à recuperação judicial pertencentes a fornecedores de bens ou serviços que continuaram a provê-lo normalmente após o pedido de recuperação judicial.**

**Alternativa incorreta**, de acordo com o art. 67 da Lei de Falências e Recuperação de Empresas (Lei 11.101/2005):

“Parágrafo único. Os créditos quirografários sujeitos à recuperação judicial pertencentes a fornecedores de bens ou serviços que continuarem a provê-los normalmente após o pedido de recuperação judicial terão privilégio geral de recebimento em caso de decretação de falência, no limite do valor dos bens ou serviços fornecidos durante o período da recuperação.”

**d) Os saldos dos créditos não cobertos pelo produto da alienação dos bens vinculados ao seu pagamento.**

**Alternativa incorreta**, de acordo com a Lei de Falências e Recuperação de Empresas (Lei 11.101/2005):

“**Art. 83.** A classificação dos créditos na falência obedece à seguinte ordem: [...]

VI – créditos quirografários, a saber: [...]

b) os saldos dos créditos não cobertos pelo produto da alienação dos bens vinculados ao seu pagamento;”